

A HISTÓRIA E OS EFEITOS SOCIAIS DA MINERAÇÃO NO ESTADO DO AMAPÁ

Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões¹

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar a história mineira do Estado do Amapá, relacionando-a inicialmente com o surgimento da mineração na Amazônia, além de analisar seus efeitos sociais em três municípios mineradores: Pedra Branca do Amapari, Mazagão e Vitória do Jari. Considerou-se para o estudo, as novas exigências ambientais e sociais que surgiram, em especial na última década, para que as concessões de lavra fossem autorizadas. O resultado mostrou que pela natureza degradadora da atividade e pela falta de planejamento e fiscalização estatal, os impactos da mineração ou a inexistência de benefícios dela decorrentes nas comunidades locais, ainda se fazem presentes. Além disso, percebeu-se que os gastos municipais não promovem benefícios atuais ou uma economia alternativa, desconsiderando uma certeza: o esgotamento dos recursos e a paralisação futura das atividades.

ABSTRACT

This article aims to present the mining history of the State of the Amapá, connecting it initially with the appearance of the mining in the Amazon region, besides analysing his social effects in three mining municipal districts: Pedra Branca do Amapari, Mazagão and Vitória do Jari. Considered itself for the study, the new environmental and social demands that appeared, in special in it finalizes decade, so that the concessions of plowing were authorized. The result showed that for the nature degradadora of the activity and by the lack of projection and state-owned inspection, the impacts of the mining or her non-existence of resulting benefits in the local communities, they are still made presents. Besides, it realized that the municipal expenses do not promote current benefits or an alternative economy, disregarding a certainty: the exhaustion of the resources and the future stoppage of the activities.

Palavras-chave: mineração; efeitos sociais; municípios; Amapá.

INTRODUÇÃO

A obrigação de internalizar o crescimento econômico com as questões sociais e ambientais, proposto pelo novo paradigma do desenvolvimento sustentável, levou o ordenamento jurídico brasileiro a criar exigências legais que resultaram na adequação de vários setores da economia ao novo modelo e, dentre eles está o setor minerário, caracterizado, de acordo com Enriquez (2008) por ser multidimensional e multisetorial.

A mineração, por sua natureza, gera forte impacto no meio ambiente, a exemplo do desmatamento, assoreamento de cursos d'água, destruição da biodiversidade, assim como na sociedade, tais como: apropriação de terras, problemas na saúde, na infraestrutura urbana, migração. Essas conseqüências sempre necessitaram ser regulamentadas pela legislação a fim de extingui-las ou mitigá-las.

¹ Professora da Universidade Federal do Amapá; Mestre em Biodiversidade Tropical pela UNIFAP. Contato: hcsimoes@unifap.br.

Com efeito, as normas resultantes da proposta sustentável, surgiram a passos lentos, mas reconheceram nitidamente a proteção ao meio ambiente e prescreveram meios para sua efetividade, cuja dificuldade, na maioria das vezes é a fiscalização. Entretanto, tais normas são praticamente inexistentes no que se refere à minimização dos efeitos sociais da mineração.

A região Amazônica, após a segunda metade século XX, pôde vivenciar os impactos na sociedade por conter no seu subsolo, em quantidade e qualidade, reservas minerais valiosas, identificando os Estados do Amapá e Pará, como exportadores em potencial dessas *commodities*. O primeiro, por ser pioneiro na produção industrial de manganês no Brasil, cuja exploração durou aproximadamente quarenta anos, encerrando-se em 1997 de uma forma tumultuada e abalando a sociedade de Serra do Navio, município berço da extração e, o segundo, por possuir a maioria das reservas minerais já encontradas.

Além do manganês, já esgotado, outros minérios passaram a ser explorados em território amapaense como o cromo em Mazagão e o caulim em Vitória do Jarí, cuja extração ocorre até os dias atuais. Somados a estes, o Estado voltou a sediar grandes empreendimentos minerários, que já apresentaram forte alteração na estrutura social do novo município minerador, Pedra Branca do Amapari.

Assim, este artigo pretende traçar o histórico da mineração no Amapá, contextualizando-o na Amazônia, e analisar quais os efeitos sociais desta atividade em três municípios mineradores do Estado, quais sejam: Vitória do Jarí, Pedra Branca do Amapari e Mazagão.

A MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA

A inserção da mineração no norte brasileiro deu-se a partir de 1950 com a exploração de manganês na Serra do Navio pertencente ao então Território Federal do Amapá. Mas foi na década de 1960 que outras reservas foram descobertas, intensificando a atividade, especialmente na Amazônia Oriental (LIRA, 2007).

Cunha (1994) explica que houve uma forte intervenção do governo federal na região amazônica a partir da segunda metade do século XX em virtude da queda do comércio da borracha e, na tentativa de manter o crescimento regional e nacional, autorizou a entrada maciça de capital estrangeiro e executou planos de desenvolvimento para

Amazônia que culminaram com o seu processo de industrialização mineral. Some-se a isto a necessidade mundial por alguns minérios, especialmente o aço, pós II Guerra, a fim de reerguer sua estrutura destruída.

O Pará foi o estado federativo onde a maioria das reservas minerais foi encontrada, a exemplo da bauxita no Rio Trombetas, em Oriximiná; de manganês, em Marabá e, de minério de ferro em Carajás, também no município de Marabá. Lira (2007) aponta que com a descoberta da riqueza mineral na Amazônia, o processo de industrialização aumentou e, entre o final das décadas de 1970 e 1980, solidificou-se com a exploração da bauxita pela Mineração Rio Norte (1979); do minério de ferro pelo Projeto Ferro Carajás (1984); da produção de alumínio pela Alumar (1984) e pela ALBRÁS (1985) e pelo manganês de Igarapé Azul, também pelo Projeto Ferro Carajás (1986).

Para a implementação da atividade minerária na Amazônia, os governos militares criaram diversos programas e planos que objetivaram geração de divisas, aumento da exportação e, manutenção das taxas de crescimento do PIB nacional. Dentre os principais estão: o Plano de Valorização Econômica da Amazônia – PVEA; a Polamazônia – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (1974); o I, II e III Planos de Desenvolvimento da Amazônia – PDA (entre 1972-1979); e o Programa Grande Carajás – PGC (1980)².

Essas políticas, segundo Monteiro (2005a), retrocederam com a queda dos governos militares e com o processo de redemocratização no decorrer da década de 1980, o que limitou a implantação de novos empreendimentos mínero-metalúrgicos de grande porte na Amazônia, apesar da manutenção dos benefícios fiscais.

Entre 1980 e 1990, apesar da diminuição dos investimentos públicos no setor mineral, o preço do ouro aumentou internacionalmente, o que influenciou a instalação de novas empresas mineradoras, a exemplo da Mineração Novo Astro que, após adquirir os direitos minerários em 1982, no município de Calçoene-AP, gerou um palco de conflitos com garimpeiros que já se encontravam no local. Em 1995, esta empresa transferiu seus direitos minerários à Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros do Lourenço - COOGAL

² Maiores informações ver PORTO e SILVA (2006), MONTEIRO (2005a); CUNHA (1994), LIRA (2007).

(MONTEIRO, 2005a). Esta cooperativa, segundo a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA está irregular e sem licença ambiental para executar extração.

A partir da década de 1990, a estratégia de desenvolvimento governamental passou a ser a integração das regiões através da sua maior acessibilidade, viabilizada por meio da construção de estradas e, o setor mineral contribuiria utilizando essas novas vias de transporte (MONTEIRO, 2005b). Outras estratégias também foram efetivadas como a diminuição das barreiras alfandegárias, isenção de tributos sobre exportação e a privatização de estatais (a exemplo da Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale).

Além dessas estratégias, houve uma importante alteração constitucional que ocorreu em 1995, através da Emenda n. 6 que autorizou a participação do capital estrangeiro nas empresas de mineração. Esta iniciativa permitiu a entrada de empresas como a norueguesa Elken no Amapá, com a lavra do minério de cromo no município de Mazagão, por sua subsidiária Mineração Vila Nova e a francesa Imerys, em Ipixuna no Pará, para produção de caulim (MONTEIRO, 2005b).

A partir de 2003, quando o Brasil estava sob nova gestão política, estabeleceu-se diferente proposta de desenvolvimento. Alguns documentos foram criados, como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (2003) e o Plano Amazônia Sustentável (2004), cujo objetivo era promover o desenvolvimento, respeitando as diferenças e potencialidades regionais. Entretanto, Monteiro (2005a, p. 167) afirma que concretamente as “ações reforçam a lógica vigente nos períodos anteriores, de relacionamento entre o poder público e as empresas responsáveis pela mercantilização de bens de origem mineral”.

Diante da continuidade das propostas desenvolvimentistas para a Amazônia, governo após governo, cuja base para instalação de novos empreendimentos era o acesso aos recursos naturais a baixo custo sem levar em consideração a realidade social, cultural e ambiental das localidades “servidoras” destes bens, é possível confirmar a posição da maioria dos estudos sobre a economia da região, caracterizada por exportar matéria-prima sem qualquer planejamento de diversificação produtiva ou estruturação local.

A HISTÓRIA MINEIRA DO ESTADO DO AMAPÁ

A literatura que trata da mineração na Amazônia apresenta a produção industrial de manganês em Serra do Navio, no então Território Federal do Amapá, a pioneira neste setor em toda região norte brasileira. A Bethlehem Steel interessou-se pelo minério num momento histórico em que a Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética desencadearam o aumento da procura por aço, objetivando a reestruturação econômica da Europa e Ásia, a partir do final da II Guerra Mundial (LIRA, 2007).

Além disso, Silva e Porto (2006) lecionam que os russos possuíam a maior reserva de manganês do mundo e por conta do conflito, deixaram de exportar este minério para os EUA, o que os levou a investir fortemente em prospecção nos países com potencial fornecedor desta matéria-prima, como era o caso do Brasil, mas especificamente do Amapá.

Foi então que em 1953 saiu vitoriosa numa licitação para extrair manganês em Serra do Navio, a Indústria e Comércio de Minérios S/A – ICOMI que, reunida à empresa norte-americana Bethlehem Steel, construiu duas *companies towns*³: Serra do Navio e Vila Amazonas, uma estrada de ferro e um porto, localizado no município de Santana-AP.

Por cerca de quarenta anos o manganês foi explorado no Amapá, cujo encerramento ocorreu em 1997. De acordo com Drummond e Pereira (2007) a receita bruta da ICOMI durante todo o período de extração foi de 3 bilhões e 37 milhões de dólares (valores convertidos pelo valor do dólar em 1994). Por força de contrato, reinvestiu aproximadamente 120 milhões de dólares e pagou, a título de *royalties* (atual Compensação Financeira pela exploração dos recursos minerais - CFEM) cerca de 131 milhões de dólares.

Para Drummond e Pereira (2007) a ICOMI favoreceu a melhoria de vida da população amapaense. Segundo ele, esse empreendimento combinou sucesso tanto comercial quanto na criação de empreendimentos distintos. Esses empreendimentos foram a BRUMASA (produziu e exportou madeiras laminadas e tábuas), a AMCEL (plantio comercial de árvores e fabricação e exportação de cavacos) e a CODEPA (plantou palmeiras de dendê e extrai e exportou seu óleo).

³ Modelo de organização urbana planejada que pretende a viabilização econômica dos empreendimentos a que estão vinculadas, cuja composição humana de seus moradores são os funcionários e *staffs* (RODRIGUES, 2007).

Entretanto, os passivos ambientais identificados após a paralisação de suas atividades, em especial a contaminação por arsênio próximo ao porto, no município de Santana, por conta de um depósito de resíduos de manganês pelotizado, causaram uma forte pressão social que resultou em ações judiciais, Comissões Parlamentares de Inquérito - CPIs propostas pela Assembléia Legislativa do Estado e problemas na transferência de alguns bens para a empresa Champion Paper e Celulose, que tinha interesse na sua compra (MONTEIRO, 2005a).

Percebe-se que, sem isentar a responsabilidade da empresa quanto aos danos advindos de sua atividade, a responsabilidade do Poder Público neste caso foi grande. Primeiro, pecou por omissão, pois como órgão fiscalizador deveria ter investigado os riscos que os depósitos de manganês pelotizado poderiam trazer ao local e à população do entorno. Segundo, porque conhecia a finitude da extração do manganês e, como consequência, a suspensão das receitas dela proveniente. Portanto, tinha o dever de planejar o futuro do território em questão, que em nada atualmente lembra a bela cidade construída em 1950.

Em 1977, na área da Jarí Florestal, no atual município de Vitória do Jarí, deu-se início a extração industrial de caulim pela Caulim da Amazônia (CADAM), em atividade até hoje, cujo teor do minério é de excelente qualidade, servindo para beneficiamento de papéis e sendo 90% de sua produção exportada, segundo Silva e Porto (2006), para o Japão, Suécia, Alemanha e EUA. Apesar da extração do minério ocorrer no Estado do Amapá, seu processamento ocorre em Almerim, Estado do Pará, onde é transportado por um mineroduto que atravessa o Rio Jarí. Após ter sido repassada para CAEMI em 1982, atualmente o controle acionário da CADAM é da Vale (MONTEIRO, 2005b).

Amparada, de acordo com Monteiro (2005a), pela renúncia fiscal e facilidades governamentais iniciou-se em 1988 a lavra experimental de cromo pela Mineração Cassiporé, subsidiária da ICOMI, transferida em 1992 à Companhia de Ferro-Liga do Amapá (CFA) em Santa Maria do Vila Nova, no município de Mazagão. A CFA foi criada para se dedicar à produção de ligas de ferro-manganês e de ferro-cromo. No terceiro trimestre de 1997, a CFA transferiu seus direitos minerários à Mineração Vila Nova (MVN), do grupo norueguês Elken (CASARA, 2003).

Em 2002 após encerrar a produção de ligas de ferro-cromo pela subsidiária Elken Rana, da Noruega, a Mineração Vila Nova, que tinha como principal finalidade o suprimento daquela empresa, também paralisou suas atividades, deixando, segundo Casara (2003) sérios problemas trabalhistas e ambientais.

Decidida a retirar-se do mercado, a Elken transferiu a propriedade da MVN ao Grupo Fasa Participações S/A, empresa de capital nacional com sede em Minas Gerais, em dezembro de 2002.

A evolução da exploração de ouro no Amapá é acompanhada por uma história de conflito entre garimpeiros e empresas. A instalação da Mineração Novo Astro no município de Calçoene, em 1982, nos chamados garimpos de Mutun e Lourenço, acarretou a expulsão de 1.500 garimpeiros sob violência. Após anos de tensão, em 1995 a MNA encerrou suas atividades, transferindo seus direitos à Cooperativa de Mineração de Garimpeiros do Lourenço – COOGAL.

O garimpo de Lourenço foi interditado pelo DNPM, após denúncias contra a COOGAL. Nos últimos dois anos já morreram dez garimpeiros soterrados, seis somente no ano de 2007, e os que ainda lá se encontram vivem em regime de semi-escravidão e obrigados a continuar as escavações, mesmo sem as concessões dos órgãos ambientais e minerários (VALE, 2008).

O mesmo estado de abandono e degradação ambiental pode ser conferido na Comunidade do Vila Nova, na Vila do Cupixi, município de Porto Grande, onde existe a Cooperativa de Garimpeiros do Vale do Vila Nova – COPGAVIN. Esta, lavra ouro irregularmente sem licença ambiental da SEMA ou concessão do DNPM. A detentora desses direitos é a Mineração Amapari que, acabou denunciando o garimpo ilegal em sua área, face aos sérios conflitos e danos ao meio ambiente, especialmente por causa do mercúrio utilizado sem critérios.

Outras empresas também exploraram ouro no Amapá: a Mineração Yukio Yoshidome S/A - MYYSA (1985-1992) e a Mineração Água Boa (1992-1997). A primeira explorou ouro próximo à Vila de Lourenço e, das cinco toneladas previstas nas pesquisas só retirou 1,3 toneladas, deixando uma enorme área degradada, principalmente pela utilização do mercúrio durante a lavra. A segunda entrou em operação na mina próxima ao igarapé Santa Maria, no município de Mazagão. Assim como a MYYSA, a Mineração Água Boa

explorou ouro sem nenhuma prudência ecológica, cujas cavas deixadas chegam a 1 km de extensão (MONTEIRO, 2005b).

Em 2005, a Sólida Mineração iniciou a exploração de minério de ferro no município de Ferreira Gomes e Tartarugalzinho. Segundo Silva e Porto (2006), uma parte deste minério abasteceria a unidade de ferro-gusa da Sólida Siderurgia S/A e a outra seria exportada ao mercado externo, em especial o Chinês. De acordo com informações do DNPM em Macapá, a Sólida possui o título de autorização de pesquisa e sua lavra advém somente das Guias de Utilização.

Também em 2005 a Mineração Pedra Branca do Amapari – MPBA entrou oficialmente em operação para explorar ouro no município de mesmo nome, em parceria com a empresa canadense Goldcorp, cuja prospecção havia sido iniciada pela empresa Anglo Gold Ashanti. A vida útil da empresa era estimada em onze anos com base numa previsão de reserva de minério em Pedra Branca da ordem de 1,53 milhão de onças de ouro.

Entretanto, no segundo semestre de 2008, ou seja, em pouco menos de quatro anos de lavra, a MPBA paralisou suas atividades, com previsão de retorno em junho de 2011, segundo o diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (NERY, 2008).

Outra empresa implantada no Estado do Amapá foi a MMX Mineração e Metálicos S/A para exploração do minério de ferro. Suas atividades iniciaram no segundo semestre de 2007 e em agosto de 2008 foi vendida à Anglo American, passando a chamar-se *Anglo Ferrous Brazil*. Seu ativo compreende a mina em Pedra Branca do Amapari, a ferrovia e o porto em Santana (CESAR, 2008).

No segundo semestre de 2008, em função da forte crise financeira internacional, houve queda nos preços das *commodities*, que repercutiu negativamente no setor minerário e, como consequência, no cumprimento dos benefícios esperados com a chegada das novas empresas no Amapá. Outro fator surpresa foi a paralisação das atividades da MPBA no município de Pedra Branca, que antecipou em seis anos a sua previsão de saída. O cenário atual, portanto, é de imprevisibilidade e insegurança.

EFEITOS SOCIAIS DA MINERAÇÃO NO ESTADO DO AMAPÁ

Segundo Villas-Bôas (2008, p. VII) na área minero-metalúrgica, seguir o Desenvolvimento Sustentável significa minimizar as massas envolvidas na produção, as energias de processo, os impactos ambientais e finalmente maximizar a satisfação social. Afirma ainda o autor que, essa “máxima, entretanto, é mais sutil, muitas vezes, sendo fortemente dependentes da cultura e economia locais, e é função direta da participação cidadã e pressão social”.

De fato, as práticas socialmente responsáveis das empresas, são diferentes daquelas percebidas com o meio ambiente. Seus representantes atestam que, em virtude da alta carga tributária a que elas se submetem, da Compensação Financeira e Ambiental pagas e de outros encargos financeiros, a obrigação de oferecer qualidade de vida à população é do Poder Público.

Em alguns casos, por inércia administrativa ou cultural da população, a responsabilidade social deste setor assume um papel mais assistencialista do que de melhoria do bem-estar coletivo. A comunidade passa a cobrar das empresas, remédios, cesta básica, gasolina, confundindo-a com a administração pública e acreditando que isto é ser socialmente responsável.

A “licença social” exigida para os empreendimentos minerários, na atualidade, é caracterizada pela participação da comunidade em todo processo de instalação, do respeito às pessoas que lá se encontram e pela obrigação de prepará-las para o fim da atividade por meio da qualificação e diversificação produtiva.

Dos municípios objeto deste estudo, Pedra Branca do Amapari foi o que mais exigiu retorno social das empresas, em especial pela participação ativa do Ministério Público Estadual nesta cobrança. A MPBA criou dois fundos de desenvolvimento, a saber: o Fundo de Desenvolvimento Comunitário (FDC) que já totaliza um repasse de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) para Pedra Branca (65%) e Serra do Navio (35%) desde sua criação; e o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) criado em parceria com o Governo, objetivando a aplicação na infra-estrutura de ambos os municípios citados, onde estaria disponível R\$ 777.600,00 (setecentos e setenta e sete mil e seiscentos reais) num total de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) a serem repassados em dois anos (Relatório MPBA, 2007).

Os representantes da *Anglo Ferrous Brazil* informaram que antes de iniciar projetos com foco na “sustentabilidade e geração de renda futura”, foi necessário executar algumas ações de base para população em parceria com a Prefeitura, como criação de um aterro sanitário e construção de uma Unidade de Saúde com doação de uma ambulância. Os projetos que fazem parte do investimento social da *Anglo*, seriam: Projeto de apicultura - criação de um apiário com construção de casa de beneficiamento de mel; Projeto Horta Comunitária; Projeto de Costura e Serigrafia; Projeto Implantação de Viveiros de Piscicultura; Projeto Implantação de Casa de Farinha; Projeto Agregação de Valor e Implementação de Extração Sustentável do Cipó-titica.

Considerando que Serra do Navio é “cidade-dormitório” da *Anglo* e faz parte da sua área de influência, ela também deveria ser beneficiada, por solicitação do Ministério Público e, de acordo com a pesquisa foram realizadas a reforma do hospital, a construção de salas de aula, doação de computadores, e implantado o Projeto Bambuzeria.

A despeito da apresentação desses projetos comunitários, a realidade em Pedra Branca é de insegurança. Com a paralisação das atividades da MPBA foram demitidos, segundo o Jornal Diário do Amapá (11/03/2009), cerca de quatrocentos funcionários. Além disso, tanto a MPBA quanto a *Anglo Ferrous Brazil* (e ainda o Estado, que agiu por omissão) respondem perante a justiça estadual a uma Ação Civil Pública pelos impactos causados a vários igarapés da região, que resultaram, segundo o juiz Paulo Madeira que proferiu a decisão liminar, “em inviabilidade da permanência dos ribeirinhos, moradores que sempre tiraram seu sustento da natureza outrora exuberante”.

Além dos impactos ambientais que afetaram os ribeirinhos, a comunidade sofre ainda com a falta de energia que, segundo relato de um morador, se constitui em “apagões diários”. Também assola a cidade a falta de água e de atendimento médico-hospitalar básico.

No que se refere à CADAM, o prefeito de Vitória do Jarí asseverou que há somente uma parceria do município com a empresa, concernente a uma escola com curso de informática. Ele sugere que uma solução para ajudar a comunidade é aproveitar a mão-de-obra local nas atividades minerárias, o que melhoraria a renda e como consequência a qualidade de vida da população. O responsável pela área social da CADAM não nos recebeu, entretanto, a pesquisa documental revelou que há, ainda, investimento da empresa

no Programa de Apoio Comunitário Rural, cujo objetivo é capacitar os pequenos agricultores da comunidade de Poção, em Vitória do Jarí (MINÉRIOS e MINERALES, 2008).

Quanto à Mazagão, a relação entre a empresa e o município não é estreita. Segundo o prefeito a única parceria ocorreu quando a MVN emprestou algumas máquinas para limpeza das ruas no início de sua administração. Devido à localização da mina da MVN ser mais próxima do município de Porto Grande, a responsabilidade social da empresa acaba sendo maior neste município do que naquele, que não possui acesso à mineradora por meio de rodovia.

Durante a pesquisa de campo comprovou-se esta realidade. Na entrada da Vila do Cupixi, passagem para a mina da MVN, havia uma placa informando a construção de um destacamento militar na área, objeto de parceria entre a prefeitura de Porto Grande e a mineradora, além da doação de um veículo para a polícia.

A maior proximidade com o município de Porto Grande, a dificuldade de acesso à sede de Mazagão e a relação desconfortável que surgiu entre os gestores deste município e a MVN pela cobrança dos *royalties* minerais atrasados, cujo débito chegou a cifra de R\$ 29 milhões, geraram dificuldade em promover parcerias e beneficiar a comunidade mazaganense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior parte da literatura afirma que a mineração na Amazônia gerou crescimento econômico para as empresas sem favorecer o desenvolvimento social das comunidades envolvidas, principalmente em longo prazo. Ao contrário, desprezaram a economia local, alteraram a estrutura espacial, atraíram imigração e degradaram o meio ambiente. Assim, as políticas públicas que incentivaram a produção industrial de recursos minerais e beneficiaram empreendimentos através de facilidades fiscais e de crédito não concretizaram o chamado desenvolvimento sustentável na região norte brasileira.

A criação de alguns municípios amapaenses deveu-se à forte influência das atividades de mineração que existiam ou existem em suas regiões, como é o caso de Vitória do Jarí, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Calçoene. Entretanto, mesmo com a

instalação de novos empreendimentos minerários neste ente federativo, não percebemos um planejamento dos recursos provenientes desta atividade.

O Estado por duas vezes foi surpreendido com a paralização e/ou saída de mineradoras antes do tempo previsto de exploração, a exemplo da ICOMI em Serra do Navio e da MPBA em Pedra Branca do Amapari, desestruturando a sociedade mantida a partir de uma base mineira e que sofre, repentinamente, com as conseqüências do desemprego em massa, da queda de receita pública, da falta de circulação de bens e mercadorias, enfim, sofre com as conseqüências da perda de perspectiva futura.

A dimensão social, a despeito da quantidade de projetos apresentados pelas mineradoras, não possui a mesma dedicação e fiscalização pública que a dimensão ambiental, que ainda assim está longe do ideal. As mineradoras antigas tem pouco interesse em colaborar com o bem-estar da população de seu entorno e são pouco cobradas para isso. Já as instaladas recentemente, possuem projetos comunitários, mas a limitação no envolvimento dos gestores públicos e a falta de qualificação das pessoas da comunidade tornam duvidoso o sucesso destes pequenos arranjos produtivos.

A falta de uma política eficaz de utilização da renda mineral, de planejamento a médio e longo prazo para o setor e a fiscalização ineficiente do poder público corroboraram para os efeitos sociais negativos da mineração no Amapá.

Considerando, como dito anteriormente, que a legislação não regulamentou a proteção social como fez com a proteção ambiental frente aos impactos da exploração mineral, entende-se que a função do Poder Público e do Ministério Público é imprescindível no papel de fomentar a responsabilidade social dos empreendimentos minerários. Isso porque a finalidade empresarial, seja qual for o segmento, é a lucratividade. Portanto, é por meio das intervenções e cobranças dos órgãos públicos que as empresas passam a cumprir o seu dever com a população local, principalmente, no que se refere à mineração, cujo desafio torna-se maior por sua natureza impactante e pela imprevisibilidade própria do setor.

REFERENCIAS

CASARA, Marques. *Mineração predatória na amazônia brasileira: cinco décadas de irresponsabilidade social e ambiental no estado do Amapá*. Observatório Social, mai. 2003.

Disponível em <<http://www.observatoriosocial.org.br/download/mineracao.pdf>>. Acesso em 03 mar. 2008.

CESAR, Jorge. Anglo American planeja se destacar na produção de ferro com a aquisição da MMX. Reportagem jornal Cotidiano, Macapá, 21/08/2008.

CUNHA, Helenilza Ferreira Albuquerque. *Qualidade de vida e cidadania das famílias rurais atingidas por impactos sócio-ambientais provocados pela indústria ALBRAS (Barcarena-PA)*. 1994. 115 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1994.

DRUMMOND, Jose Augusto; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (orgs.). *Amazônia: dinamismo econômico e conservação ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

_____; PEREIRA, Mariângela de Araújo Povoas. *O Amapá nos Tempos do Manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico – 1943-2000*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ENRIQUEZ, Maria Amélia. *Mineração: maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira*. São Paulo: Signus Editora, 2008.

LIRA, Sergio Roberto Bacury de. *A questão Tributária e a problemática fiscal em decorrência da mineração industrial na Amazônia*. COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurício de Abreu (Org.). *Mineração e Reestruturação Espacial da Amazônia*. Belém, NAEA, 2007.

MINERIOS E MINERALES. *Meio Ambiente e Investimentos Comunitários*. Ano XXXII. n.º 305. Maio, 2008.

MONTEIRO, Maurício de Abreu. *Mineração Industrial na Amazônia e suas Implicações para o Desenvolvimento Regional*. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 8, n. 1, p. 141-187, jun. 2005a.

_____. *Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 187-207, 2005b.

NERY, Miguel Antonio Cedraz. ENTREVISTA com Diretor do DNPM no Programa Radiofônico Luiz Melo Entrevista em 10 de abril de 2009.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE Mineração Pedra Branca do Amapari – MPBA. Sustainability Report, 2007.

RODRIGUES, Roberta Menezes. *Empresas, Company Towns e Territorialização em Áreas de Mineração na Amazônia Oriental*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12., 2007, Belém. **Publicação em Congresso**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2007.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; PORTO, Jadson Luís Rebelo. *Exploração dos Recursos Naturais no Norte Brasileiro: formas atuais apresentadas no Estado do Amapá*. Trabalho apresentado no 8º Encuentro Humboldt: Retorno de la política. Colón (Entre Rios), Argentina, setembro de 2006.

VALE, Raimundo. Entrevista realizada com o garimpeiro Raimundo Vale pela Rádio Antena FM em 12 de abril de 2008. site: <http://www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=263750>. acesso em 20.07.2008.

VILLAS-BÔAS, Roberto C. Apresentação. In: ENRIQUEZ, Maria Amélia. *Mineração: maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira*. São Paulo: Signus Editora, 2008. p. VII-IX.